



Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 06.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Arialba Freire, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Renato Adur, Sabino Campos, e Vera Agibert. (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, José Alves, José Rogério Carvalho, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e Valderi Mendes Vilela (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 45/90

Curitiba, 06 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de Lei que:

- Reestima as Receitas de Recolhimento Centralizado previstas no vigente Orçamento Geral do Estado para o valor de NCz\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzados novos), a fim de atender as despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público;

- Solicita autorização para abertura de créditos suplementares para atender despesas com pessoal e serviços da dívida até o montante de NCz\$ 44.602.744.616,00 (quarenta e quatro bilhões, seiscentos e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dezesseis cruzados novos) e;

- Reserva o montante de NCz\$ 19.389.715.379,00 (dezenove bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e setenta e nove cruzados novos), para atender outras despesas correntes e de capital mediante futuras solicitações de autorização Legislativa.

A solicitação prende-se ao fato de que o índice usado para corrigir o Orçamento de 1990 ficou praticamente zerado em janeiro próximo passado, e os valores para as diversas espécies de despesa, inclusive pessoal e dívida estão defasados.

A previsão inicial de receitas e despesas foi reestimada com a aplicação de um índice total de 200%.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As Receitas de Recolhimento Centralizado previstas na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, ficam reestimadas para NCz\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzados novos), conforme quadro em anexo e, serão utilizadas para a cobertura dos créditos referidos nos artigos 2º e 3º desta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao

Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, até o montante de NCz\$ 44.602.744.616,00 (quarenta e quatro bilhões, seiscentos e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dezesseis cruzados novos), a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferências de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, nas seguintes espécies:

- Pessoal e Encargos Sociais:

NCz\$ 32.316.192.297,00

- Serviços da Dívida:

NCz\$ 12.286.552.319,00

Art. 3° - O montante de NCz\$

19.389.715.379,00 (dezenove bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e setenta e nove cruzados novos), deverá ser aplicado em créditos suplementares nas espécies outras despesas correntes e de capital, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferências de recursos a entidades vinculadas da administração indireta, mediante futuras solicitações de autorização Legislativa.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			74.899.531.984
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		63.803.461.644	
1110.00.00	IMPOSTOS	63.160.686.810		
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	2.235.791.610		
1112.04.00	Imposto s/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional	1.247.941.890		
1112.05.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	743.535.000		
1112.07.00	Imposto s/ Transmissão Causa Mortis e Doações de Bens e Direitos	244.314.720		
1113.00.00	Imposto sobre a Produção e a Circulação	60.924.895.200		
1113.02.00	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	60.924.895.200		
1120.00.00	TAXAS	642.774.834		
1121.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	606.425.040		
1121.01.00	Taxa de Segurança Pública – Atos do Detran	374.289.240		
1121.02.00	Taxa de Segurança Pública – Atos da Polícia Civil	174.096.000		
1121.03.00	Taxa de Valorização Agrária	7.800		
1121.04.00	Taxa de Saúde Pública	58.032.000		
1122.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	36.349.794		
1122.01.00	Taxa de Demarcação de Terras	7.254		
1122.02.00	Taxa Judiciária	36.270.000		
1122.03.00	Taxa de Expediente	72.540		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.878.833.151	
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.881		
1311.00.00	Aluguéis	10.881		
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	388.125.270		
1321.00.00	Juros de Títulos de Renda	36.270		
1322.00.00	Dividendos	388.089.000		
1322.02.00	Outras Sociedades de Economia Mista	388.089.000		
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.490.697.000		
1392.00.00	Juros de Empréstimos Concedidos aos Municípios	134.199.000		
1392.01.00	Juros de Empréstimos Concedidos aos Municípios – Programa de Ação Municipal - PRAM	134.199.000		
1399.00.00	Produto de Outras Operações	1.356.498.000		
1399.01.00	Programa de Ação Municipal – PRAM	50.778.000		
1399.02.00	Outras Operações	1.305.720.000		
1400.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		1.040.949	
1410.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO VEGETAL	569.439		
1410.01.00	Coordenação do Sistema Penitenciário – COOSIPE	569.439		
1420.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	471.510		
1420.01.00	Coordenação do Sistema Penitenciário – COOSIPE	471.510		
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL		2.756.520	
1520.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.756.520		
1520.30.00	Indústrias Diversas	2.756.520		
1520.30.01	Coordenação do Sistema Penitenciário – COOSIPE	2.756.520		
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		869.700	
1600.17.00	Serviços Agropecuários	869.700		
1600.17.01	Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	869.700		

1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.340.996,520	
1720.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.340.996,520		
1721.00.00	Transferências da União	7.340.996,520		
1721.01.00	Participação na Receita da União	5.170.011,600		
1721.01.01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e Dist. Federal	4.009.371,600		
1721.01.04	Transferência do Imposto s/a Renda retido nas Fontes	1.160.640,000		
1721.08.00	Convênios com Órgãos Federais	398.900,000		
1721.09.00	Outras Transferências da União	1.777.084,920		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.867.573,500	
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	817.194,300		
1911.00.00	Multas e Juros de Mora dos Impostos	545.532,000		
1911.01.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	487.500,000		
1911.02.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	58.032,000		
1919.00.00	Multas de Outras Origens	271.663,300		
1919.01.00	Multas por Infração ao Código Nacional de Trânsito - FUNRESTRAN	261.144,000		
1919.02.00	Multas por Infração ao Código Sanitário - FUNRESAN	725,400		
1919.04.00	Multas por Infração a Lei de Execuções Penais - COOSIPE	725,400		
1919.99.00	Outras Multas	9.067,500		
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.819,200		
1931.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	34.819,200		
1990.00.00	RECEITA DIVERSAS	1.015.560,000		
1990.99.00	Outras Receitas	1.015.560,000		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			21.093.158,009
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		20.388.628,469	
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.295.955,423		
2111.00.00	Títulos de Responsabilidades do Tesouro Estadual	446.762,397		
2119.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	17.849.193,026		
2119.01.00	Operações de Crédito Internas - Não vinculadas	14.392.009,170		
2119.02.00	Operações de Crédito Internas - Vinculadas	3.457.183,856		
2120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.072.673,046		
2129.00.00	Outras Operações de Crédito Externas	2.092.673,046		
2129.01.00	Operações de Crédito Externas - Não vinculadas	30,000		
2129.02.00	Operações de Crédito Externas - Vinculadas	2.092.643,046		
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		111,540	
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	111,540		
2229.00.00	Alienação de outros Bens Imóveis	111,540		
2229.01.00	Venda e Legitimação de Terras	39,000		
2229.02.00	Venda de Bens Imóveis	72,540		
2300.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		87.828,000	
2320.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MUNICÍPIOS	87.438,000		
2321.00.00	Amortização de Empréstimos Concedidos a Municípios -			
	- Programas de Desenvolvimento Regional e Urbano	87.438,000		
2321.01.00	Amortização de Empréstimos Concedidos a Municípios -			
	Programa de Ação Municipal - PRAM	87.048,000		
2321.02.00	Amortização de Empréstimos Concedidos a Municípios -			
	Programa de Prioridades Sociais - PPS	390,000		
2330.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A OUTRAS ENTIDADES	390,000		
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		616.590,000	
2420.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	616.590,000		
2421.00.00	Transferências da União	616.590,000		
2421.01.00	Participação na Receita da União	616.590,000		
2421.01.17	Cota Parte da Contribuição do Salário Educação	616.590,000		
TOTAL DA RECEITA				95.988.689,993

RECEITA TRIBUTÁRIA 63.803.461.644	RECEITA PATRIMONIAL 1.878.833.151	RECEITA AGROPECUÁRIA 1.040.949	RECEITA INDUSTRIAL 2.756.520	RECEITA DE SERVIÇOS 869.700	TRANSFER. CORRENTES 7.340.996.520	OUTRAS REC. CORRENTES 1.867.573.500
REC. CORRENTES TOTAL 74.895.531.984						
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 20.388.628.469	ALIENAÇÃO DE BENS 111.540	AMORT. DE EMPRÉSTIMOS 87.828.000	TRANSFER. DE CAPITAL 616.590.000			
RECEITAS DE CAPITAL TOTAL 21.093.158.009						
RECEITA TOTAL 95.988.689.993						

FINAL TABELAS

MENSAGEM N° 46/90

Curitiba, 06 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração desta Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de Lei que acrescenta à programação da Secretaria de Estado da Educação - SEED, a importância de NCz\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 3304.08421882.127 - Manutenção do Ensino de 1° Grau, do Pré-Escolar e Implantação do Ciclo Básico

- 3132.00 - Outros Serviços e Encargos

- fonte 00 NCz\$ 60.000.000,00.

Informo que a presente mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados, ao Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo da receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzados novos), na programação da Secretaria de Estado da Educação - SEED, conforme dotação abaixo:

- 3304.08421882.127 - Manutenção do Ensino de 1° Grau, do Pré-Escolar e Implantação do Ciclo Básico

- 3132.00 - Outros Serviços e Encargos

- fonte 00 NCz\$ 60.000.000,00.

Art. 2° - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 47/90

Curitiba, 06 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta no Tribunal de Alçada a importância de NCz\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados novos) na dotação 0701.02040132.270 - Atividades Judiciárias - TA no elemento 3192 - despesas com Exercícios Anteriores e como recurso para cobertura do crédito fica indicada igual importância do elemento 3120.00 - Material de Consumo para o devido cancelamento.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura do crédito suplementar é proveniente do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados novos), no Projeto de Atividades Judiciárias - TA, conforme dotação abaixo:

- 0701.02040132.270 - Atividades Judiciárias - TA

- 3192.00 - Despesas com Exercícios Anteriores

fonte 00 - NCz\$ 35.000,00

Art. 2° - Os recursos para compensação da presente suplementação são provenientes do Tribunal de Alçada, na dotação 0701.02040132.270 - Atividades Judiciárias - TA no elemento 3120.00 - Material de Consumo no valor de NCz\$ 35.000,00.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 405/89, de sua autoria, que cria o Município de Tunas; solicitando que o mesmo seja apreciado pelas Comissões competentes.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 264/89 que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, o imóvel urbano.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 081/90, que autoriza o Poder Executivo atribuir aos ocupantes de nível universitário da Administração Direta e Antárquica do Estado, extensivo aos inativos, gratificações de responsabilidade técnica no percentual de 40% sobre seus vencimentos.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 69/90, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LÁBIO-PAIATAL DE MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 392/89.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Lei n° 010/90.

Sala das Sessões, em 07.03.90

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 242

SÚMULA: Requer a inclusão do Projeto de Lei n° 013/90, que declara de Utilidade Pública a Fundação Maxinvest, na Ordem do Dia.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e conside-

rando que o Projeto de Lei n° 013/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 13 do corrente, terça-feira próxima, do Projeto de Lei n° 307/89, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. VICTOR FERREIRA DO AMARAL FILHO, ocorrido nesta Capital em data de 07 de março de 1990.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O infausto desaparecimento do Dr. Victor Ferreira do Amaral Filho deixa na classe médica do Paraná, um vazio que jamais será preenchido.

Filho do Paraná, desde muito cedo este homem fez da medicina o seu apostolado, praticado durante todos os anos em que militou ao lado daqueles que dele necessitavam.

Perde a família do ilustre mestre, perde a sociedade paranaense, perde a classe médica.

Que do presente, seja dada ciência à família do saudoso profissional, que muito contribuiu para o engrandecimento da classe médica e científica do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à família de Luiz Carlos Prestes, as palavras por mim proferidas na sessão de homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com os votos de profundo pesar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) NEREU MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO PEDRO DOS REIS, ocorrido em 25 de fevereiro de 1990 em Ivaiporã.

REQUER, ainda que, o presente se dê ciência aos familiares do extinto e dirija-se correspondência a Senhora BRASÍLIA PROENÇA DOS REIS e filhos no seguinte endereço: Avenida Souza Naves n° 665 - Cep: 86.870 - Ivaiporã - Pr.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Paranaíba, pela realização da "XIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE PARANAÍBA".

RUBENS FELIPE

Prefeito Municipal

DEUSDETE F. DE CERQUEIRA

Presidente da S.R.N.P.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 262

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de louvor ao presidente da Associação dos Servidores deste Poder Legislativo, Senhor Manoel Aguiar Filho, pela publicação do livro "Assim Escrevem os Funcionários Públicos do Paraná", que será lançado no próximo dia 9 do corrente às 17 horas no Plenarinho desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez na história do funcionalismo público brasileiro foi realizado um Concurso de Contos e Poesias exclusivamente para funcionários públicos das esferas federal, estadual e municipal. Após a realização do concurso, com apoio do Banco do Estado do Paraná, através de seu diretor presidente doutor Carlos Anto-

nio de Almeida Ferreira, foram apreciados e julgados os trabalhos pela Comissão Julgadora, composta pelas seguintes pessoas: Vasco José Taborda, presidente da Academia Paranaense de Letras e presidente da União Brasileira de Trovadores; Deputado Estadual Nereu Massignan; Fernando Karl, poeta e escritor, orientador da Feira do Poeta na Fundação Cultural de Curitiba; Ruy Barrozo, diretor do Jornal do Estado; Alice Varajão, jornalista e assessora de imprensa das Livrarias Curitiba; Miriam Regina Pinto, poetisa; João Luis Goebel, diretor adjunto da Imprensa Oficial; José Gil de Almeida, editor do Jornal Marcha Verde.

Depois da conclusão dos trabalhos de premiação, os organizadores passaram à fase de publicação do livro que, uma vez editado, tornou-se no primeiro exemplo de valorização cultural do funcionalismo público registrado para a posteridade em formato de livro que não será vendido, mas doado aos participantes do concurso, às bibliotecas públicas, às entidades culturais, faculdades e universidades de todo o País.

Trata-se, portanto, de um importante trabalho que dignifica o funcionalismo desta Casa de Leis e do Estado do Paraná, porque é um trabalho pioneiro, inédito em termos de Brasil, que coloca o funcionalismo da Assembléia Legislativa do Paraná na vanguarda das atividades culturais.

REQUERIMENTO N° 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER; após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Senhor Diretor Presidente do BANESTADO, Sr. Carlos Antonio de Almeida Ferreira, no sentido de que aquela autoridade determine a imediata liberação de recursos financeiros, a título de doação, à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para que naquele Município seja edificado um Teatro dentro do "PROJETO BARRACÃO" da Secretaria da Cultura.

REQUER, outrossim, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Eng° PEDRO WOSGRAU FILHO.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Barracão consiste na construção de um prédio de madeira, com piso de cimento bruto e cadeiras de palha, obedecendo, porém, a todas as condições técnicas para um bom espetáculo, sendo, ainda, adaptável para abrigar bibliotecas baseadas no Projeto "Caixa-estante" da Fundação Teatro-Guaíra e outras atividades de cunho artístico-cultural (exposições de obras de artes plásticas, palestras, cine-

ma, etc.).

O aludido projeto foi criado com a finalidade de suprir as deficiências de locais próprios para realização de espetáculos culturais, que se constava em diversos municípios do Estado. Pode ser viabilizado em curto espaço de tempo, representando uma alternativa para atendimento aos anseios da população interiorana com respeito à participação no processo cultural.

Além disso, com a construção do Teatro Barracão, será possível para Ponta Grossa: viabilizar excursões de espetáculos, divulgar o trabalho do artista local, possibilitar o surgimento de novos valores e propiciar o intercâmbio e a integração dos diferentes movimentos culturais.

Assim, com a obra concluída, a comunidade artística de Ponta Grossa e, em especial, a da área de artes cênicas, terá um excelente espaço físico para suas manifestações.

REQUERIMENTO N° 256

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, localizado em Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Amélia, localizado em Goioerê é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes. Porém por motivos de dificuldades financeiras, causadas pela elevada inflação vigente, necessita atualmente de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 257

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, localizado em Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Amélia, localizado em Goioerê, é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes. Porém por motivos de dificuldades financeiras,

causadas pela elevada inflação vigente, necessita atualmente de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 258

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Menino Jesus situada na Vila Rio Grande em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Menino Jesus, situada na Vila Rio Grande em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Porém por motivos de dificuldades financeiras, causadas pela elevada inflação vigente, necessita atualmente de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 259

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli, solicitando uma "Kombi" para transporte de crianças deficientes da Cidade de Moreira Sales para frequentarem aulas na A.P.A.E. de Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Diversas crianças deficientes da Cidade de Moreira Sales estudam na A.P.A.E. de Goioerê, e necessitam de transporte diário uma vez que a maioria dos pais não dispõe de recursos financeiros para despesas com transportes. A doação de uma "Kombi" viria solucionar esse problema.

REQUERIMENTO N° 260

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Menino Jesus, situada na Vila Rio Grande em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche de Menino Jesus, situada na

Vila Rio Grande em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Porém por motivos de dificuldades financeiras, causadas pela elevada inflação vigente, necessita de auxílio financeiro para continuar atendendo àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 261

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio do expediente, a Excelentíssima Senhora Gilda Poli, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a liberação de cota de combustível para o transporte de crianças deficientes de Janiópolis para freqüentarem aulas na A.P.A.E. de Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Diariamente dezenas de crianças deficientes da Cidade de Janiópolis são transportadas para assistirem aulas na A.P.A.E. de Goioerê. Os familiares dessas crianças, na maioria, não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas de combustível, necessitando, portanto de cota específica a ser destinada pela Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO N° 271

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no sentido de informar esta Casa de Leis os gastos com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, desta Instituição, bem como das outras Entidades que compõem o Conglomerado BANESTADO, compreendendo o período de 15/03/87 a 31/01/90. Deverá constar das informações os valores, nomes dos veículos publicitários que recebem a propaganda e agência que intermediou e respectivos valores.

Requer-se também que, da decisão da Casa, seja dada ciência deste a direção do Conglomerado BANESTADO, para que prestem informações sobre o requerimento, dentro do prazo Constitucional.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 233

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER o envio de expediente ao Senhor Governador

para que seja solucionado, com a maior brevidade possível, o problema de abastecimento de água em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

A água é o único elemento essencial à vida do ser humano.

Foz do Iguaçu sofreu uma explosão habitacional, sem infra-estrutura adequada para a demanda.

O abastecimento de água é deficitário, causando graves e sérios transtornos à população daquele município, sendo que já existem estudos para o aproveitamento do Lago de Itaipu.

Tenho certeza de que Vossa Excelência tomará medidas satisfatórias no menor espaço de tempo.

Por considerar relevante a proposição acima descrita, é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 236

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Antônio Lopes de Noronha, para que seja solucionado, com a maior brevidade possível, o problema da cadeia pública da 6.ª subdivisão policial de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

É um absurdo uma Cidade do porte de Foz do Iguaçu, localizada em tríplice fronteira, encontrar-se em situação de insegurança e total abandono, tendo em vista os presos estarem sendo remanejados para cidades vizinhas, dificultando o trabalho policial e da própria justiça.

As celas estão destruídas, já não comportam o elevado número de presos, sujeitando-os a revolta e as tentativas de fugas causando prejuízos ao erário público e insegurança à população.

Certa de que Vossa Excelência resolverá tão grave problema é que aguardo deferimento.

Por considerar relevante a proposição acima descrita é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 237

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER o

envio de expediente ao Superintendente da SANEPAR, Senhor Wilson Moreira, para que seja solucionado, com a maior brevidade possível, o problema de abastecimento de água em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

A água é o único elemento essencial à vida do ser humano. Foz do Iguaçu sofreu uma explosão habitacional, sem infra-estrutura adequada para a demanda.

O abastecimento de água é deficitário, causando graves e sérios transtornos à população daquele município, sendo que já existem estudos para o aproveitamento do Lago de Itaipu.

Tenho certeza de que Vossa Excelência tomará medidas satisfatórias no menor espaço de tempo.

Por considerar relevante a proposição acima descrita, é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, para que seja solucionado, com a maior brevidade possível, o problema da cadeia pública da 6.^a subdivisão policial de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

É um absurdo uma Cidade do porte de Foz do Iguaçu, localizada em tríplice fronteira, encontrar-se em situação de insegurança e total abandono, tendo em vista os presos estarem sendo remanejados para cidades vizinhas, dificultando o trabalho policial e da própria justiça.

As celas estão destruídas, já não comportam o elevado número de presos, sujeitando-os a revolta e as tentativas de fugas causando prejuízos ao erário público e insegurança à população.

Certa de que Vossa Excelência resolverá tão grave problema é que aguardo deferimento.

Por considerar relevante a proposição acima descrita é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Ilustríssimo Senhor RENATO ORTOLANI DE SOUZA, Mui Digno Delegado Geral da Polícia Civil no Paraná, solicitando gestões no sentido de adoção de medidas que possibilitem a doação de viaturas para a Polícia Civil de Ponta Grossa.

A medida ora proposta, é a somatória de um elenco de intenções, tanto da população moradora daquele Município quanto de lideranças políticas locais, objetivando dotar aquela unidade policial de efetivas condições para conter a demanda de crimes que, lamentavelmente a cada dia, toma elevadas proporções, pondo em pânico a população e gerando um clima de insegurança e intranquilidade.

Consciente desta realidade, bem como da necessidade do setor policial se estruturar e assim cumprir com o seu verdadeiro papel em defesa da população, sua segurança e bem-estar, conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares nesta Casa.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando um reestudo da Política Salarial do Funcionalismo Público do Estado do Paraná, para o ano de 1990, no sentido de se considerar e se repôr ainda neste mês de Março de 1990, os 75% de perdas acumuladas do mês de janeiro deste ano, haja vista que a não reposição deste percentual de 75% da inflação de janeiro, está provocando em março uma perda salarial da ordem de 40% no salário dos servidores estaduais, se compararmos o salário de março ao salário de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 264

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, gestionando pelo repasse de verba ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

O Sindicato supramencionado desenvolve trabalho da maior relevância junto à comunidade do Município de Mariópolis, dentre o quê: assistência médica ambulatorial e odontológica, além da compra de medicamentos. Esses serviços, contudo, estarão com-

prometidos, em breve, pela carência de recursos daquele Sindicato.

Para manutenção dessa assistência, necessita a entidade de uma subvenção no valor de NCz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos).

Diante disso e conhecendo os propósitos da Secretaria acionada que, apoiando a organização dos trabalhadores, engloba, ainda, a política de ação social voltada aos setores menos favorecidos do nosso Estado, confiamos nas providências a serem tomadas, a fim de possibilitar a manutenção dos imprescindíveis serviços que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marriópolis presta àquela comunidade.

Requer, ainda que, do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato supracitado.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Administração, pedindo providências para a apuração da denúncia que se segue:

"Os funcionários da Secretaria de Administração nunca recebem o vale-refeição no início do mês, aliás, recebem apenas no início do mês seguinte, apesar de a Associação receber o repasse e aplicar o dinheiro."

Apesar de preocupante, a informação que nos foi trazida por funcionários da Secretaria da Administração, somos impotentes para apurá-la. Diante do que, confiamos nos procedimentos a serem adotados pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de fiscalizar a efetivação da importante conquista do vale-refeição aos servidores daquela Pasta, bem como os responsáveis pelo desvirtuamento denunciado.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Floresta, Dr. Stênio Sales Jacob, pedido de informações sobre o repasse à Prefeituras Municipais, de verbas ou recursos para uso em eletrificação rural, observando-se os seguintes itens:

1) Se efetivamente o ITCF, transferiu ou propôs a municípios do Paraná, transferência de verbas ou recursos de qualquer

origem para aplicação em eletrificação rural ou urbana;

2) Confirmado o repasse, qual a origem das verbas, seu montante e como foi feita a intermediação ao ITCF, através de que órgão e quem foi o gestor?

3) Relacionar os municípios beneficiados, os valores a cada um, e os termos da aplicação;

4) Quais os critérios adotados para o atendimento dos municípios beneficiados?

5) Qual o procedimento que deverão os demais municípios que tenham interesse neste tipo de atendimento, adotar no encaminhamento de sua reivindicação?

6) Existe alguma programação específica ou Planejamento para atendimento aos demais municípios e quais os municípios que serão atendidos dentro da programação?

7) Qual a finalidade institucional e estatutária do ITCF para atuar na área da eletrificação?

8) Outras informações pertinentes ao assunto que, a critério do ITCF, possam justificar sua atuação nesta área, se efetivamente ocorreu.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) LUCIANO PIZZAPPO

REQUERIMENTO N° 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de convite ao Senhor JOSÉ CID CAMPELLO, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, para que compareça na Assembleia Legislativa, a fim de que o grande expediente da Sessão Plenária do dia 14 de março do corrente ano, se pronuncie acerca das dívidas judiciais do Estado, principalmente os créditos alimentares.

Outrossim, requer, seja destinado o grande expediente do dia 14 de março do corrente para o pronunciamento do convidado.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 102/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a Disciplina de Ecologia nos cursos escolares das escolas pertencentes à rede oficial de ensino do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2° O disposto no artigo anterior abrangerá todas as escolas de 1°, 2°, 3° graus da rede oficial de ensino, bem como, todas as escolas particulares existentes no território deste Estado do Paraná.

§ 1° - Será obrigatório a manutenção da Disciplina de Ecologia nos currículos escolares de 1°, 2°, 3° grau em todos os

seus anos:

I - no primeiro grau, da primeira a oitava série.

II - no segundo grau, da primeira a terceira série.

III - no terceiro grau, apenas no primeiro ano.

Art. 3º - O Governo do Estado do Paraná sob a coordenação da Secretaria de Estado formará uma comissão composta por representantes da Secretaria de Estado da Agricultura, do Instituto de Terras e Cartografia, do Instituto Agrônômico do Paraná, da ACARPA, do SEAG, de um representante de uma escola particular do 1º grau, de um representante de uma escola particular do 2º grau, de um representante de uma escola particular de 3º grau e um Parlamentar representando a Assembléia Legislativa deste Estado do Paraná, juntamente com um Técnico em Assuntos Legislativos.

§ 1º - A comissão referida no artigo anterior fornecerá subsídios através de seus membros, à coordenação da Secretaria de Estado da Educação, que, juntamente com esta, elaborarão o currículo da Disciplina específica de Ecologia.

§ 2º - Após a elaboração e discussão do currículo mencionado no parágrafo anterior, este deverá ser enviado para Conselho Estadual de Educação, o qual dará o seu parecer final.

Art. 4º - No currículo constante da Disciplina de Ecologia deverá ser abordado:

I - preservação da fauna e incentivar:

a) a criação de zoológicos regionais de animais em vias de extinção;

b) a busca de apoio, inclusive financeiro junto às entidades filantrópicas existentes no País ou até mesmo de organismos internacionais, dispostos a colaborar com qualquer iniciativa de apoio à preservação da ecologia e o meio ambiente;

II - preservação da flora e incentivar:

a) o apoio de pesquisadores, botânicos, cientistas e estudiosos, tanto do Brasil como dos países estrangeiros, no sentido de desenvolver estudos e preservação das espécies consideradas nobres e aquelas em fase de extinção;

b) o incremento do reflorestamento nas áreas aonde tenha a incidência de pouca vegetação;

c) o desenvolvimento de associações em operação conjunta com o Município e Estado, objetivando a criação de viveiros de mudas das espécies de árvores da região, em cada Município, visando o reflorestamento em todo o território estadual;

d) o plantio de árvores nas cidades, inclusive de espécies frutíferas, nos quintais e até mesmo nas ruas;

III - a preservação das nascentes de

água, lagoas naturais, córregos e rios;

IV - a preservação das matas nativas;

V - a preservação dos pequenos bosques e reservas florestais;

VI - a obediência à legislação florestal no que tange ao mínimo de área verde que deverá ser poupada em cada propriedade agrícola;

VII - o ensinamento básico de como evitar o assoreamento nas margens das nascentes de água, lagoas naturais, córregos e rios;

VIII - o ensinamento básico de como evitar a erosão e as suas consequências desastrosas, tais como:

a) empodrecimento da camada fértil do solo;

b) diminuição do volume das safras em decorrência da esterilidade gradativa do solo;

c) provocação do êxodo rural em direção às grandes cidades;

d) extinção das pequenas e médias propriedades, que serão absorvidas pelos minifúndios e latifúndios ligados a atividades pecuárias, em terras que antes eram de grande produtividade agrícola e propiciavam a circulação de riquezas regionais;

e) rebaixamento do padrão de vida do homem do campo que, desqualificado para a vida urbana nas grandes cidades, viverá praticamente de subemprego;

f) enfraquecimento do comércio nas cidades vizinhas às propriedades agrícolas que sofreram o processo de erosão, em decorrência do afastamento do homem do campo, em busca da alternativa urbana;

IX - alertar sobre o perigo e risco de vida provocados pelos agrotóxicos que são descarregados nos rios através das enxurradas provenientes das chuvas;

X - alertar sobre a poluição das grandes cidades, proveniente das chaminés das fábricas, das descargas dos automóveis, ou ainda das queimadas dos campos e florestas, dos recipientes "sprays", que liberam gases altamente tóxicos em direção a estratosfera, destruindo a camada protetora de ozônio no globo terrestre, deixando grandes buracos à mercê dos efeitos dos raios ultravioletas que o sol envia a terra, agindo diretamente nas plantas e peles dos animais, inclusive do homem, provocando a destruição daquelas, e o chamado câncer da pele nos seres humanos.

XI - alertar sobre a poluição causada pelos países estrangeiros mais adiantados, notadamente aquelas mencionadas no inciso anterior, bem como, os vazamentos de petróleo em seus cargueiros, ou ainda experiências atômicas, detonando bombas nos oceanos e desertos, deixando grandes manchas de óleo nos oceanos e praias por onde circulam, radiação e a destruição da fauna marinha e toda espécie de vida existen-

te nesses lugares;

XII - o incentivo e o estabelecimento de programas especiais junto às escolas da rede oficial de ensino, bem como em conjunto com as escolas particulares e a comunidade, intensificando;

a) palestras sobre a importância da ecologia e o meio ambiente e as formas de preservá-los;

b) a organização de congressos regionais com a presença das grandes autoridades nos assuntos ecológicos e do meio ambiente;

c) o incentivo à busca de apoio de associações, sindicatos, clubes de serviços, entidades religiosas, filantrópicas, empresas comerciais e industriais, órgãos nacionais e organismos ou entidades estrangeiras, objetivando a pesquisa, estudos, divulgando a aplicação prática das formas imediatas e a médio prazo, de se preservar a ecologia e o meio ambiente, até como preservação da própria vida do homem e dos seus futuros descendentes, visando através desta cruzada a preservação das espécies animais, vegetais, minerais e de consequência da própria espécie humana.

Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O movimento sobre ecologia começou a desenvolver-se em nosso planeta nos anos 60 com a criação dos Partidos Verdes, manifestação de naturalistas, de estudiosos, de cientistas, das manifestações de grupo de jovens, os chamados "hippies", enfim, de todas as pessoas que amavam e amam o verde, os animais, o meio ambiente, a natureza em geral. Esse movimento ecológico começou a ganhar corpo inicialmente nos países mais adiantados da Europa, passando pelos Estados Unidos e mais recentemente até o terceiro mundo, do qual nós fazemos parte.

Aquí no Brasil, o movimento ecológico começou muito timidamente e só recentemente com algumas manifestações esparsas ele começou a desenvolver-se, tendo algumas associações, entidades e até mesmo o Partido Verde organizado em alguns Estados, tendo inclusive já participado das últimas eleições Presidenciais.

Este Parlamentar, autor do presente Projeto de Lei sempre se mostrou preocupado e sensibilizado com a situação ecológica do nosso País, notadamente em nosso Estado, tendo sempre observado em seus discursos ou aonde tenha oportunidade de se comunicar pela imprensa ou diretamente com a comunidade, da necessidade de se travar uma verdadeira cruzada verde a favor da

ecologia e do meio ambiente, como forma de salvar as espécies, inclusive da própria espécie humana.

Realmente, sem nenhum exagero temos que tomar atitudes urgentes, de conscientização à comunidade em geral, alertando sobre o perigo que estamos vivendo neste momento, em razão dos males de consequências catastróficas que estão causando ao meio ambiente. O homem está praticando os maiores crimes da humanidade contra a mãe natureza, e esta já começou a se vingar, os exemplos estão aí nos meios de comunicação para nos mostrar.

A devastação das grandes florestas nativas, a poluição dos rios através de agrotóxicos e descargas de resíduos das grandes fábricas, a poluição proveniente das chaminés dessas fábricas, das descargas dos veículos e outros tantos agentes poluidores, tem tornado difícil a vida saudável em nossa cidade causando como consequência desastrosa a extinção das mais variadas espécies nobres de árvores, que tanto tem nos servido e a extinção também dos animais, plantas e peixes, habitantes dessas florestas, rios e mares.

A grande concentração de oxigênio espedido pelas plantas, notadamente das matas nativas, torna a vida agradável e saudável para todos os seres vivos que a habitam, bem como, para aqueles que vivem em suas cercanias e até mesmo trazendo reflexos para outros habitantes distantes dessas regiões. Tal é a importância dessas matas para a manutenção do meio ambiente perfeitamente equilibrado que, notadamente nossa floresta Amazônica de grandes áreas contínuas, tem despertado interesses praticamente do mundo inteiro, no sentido de que preservemos as mesmas, sem abatê-las, tidas por eles como a maior reserva florestal em matas contínuas e uma espécie de pulmão do mundo.

Não sabemos até que ponto tais afirmativas teóricas são verdadeiras, principalmente quanto à extensão territorial que o oxigênio e outros benefícios provenientes de nossas matas possam atingir até esses países tão distantes do nosso. Mas o fato é que sabemos por experiência, que, os desmatamentos feitos sem critérios em outras regiões do País, o resultado tem sido em alguns lugares até mesmo catastrófico. A região Nordeste que outrora, nos tempos dos ciclos do pau-brasil e cana-de-açúcar tinha o seu solo bastante fértil, hoje vive nas condições que todos conhecemos, de dependência do Governo Federal, em razão da pobreza do seu solo, tendo inclusive já grandes áreas em fase de transformação em deserto, tudo ocasionado pelo desmatamento desenfreado.

Tomemos ainda por exemplo o nosso Estado, que a cerca de 50 anos atrás, tinha

praticamente inexplorada e em pé as suas matas na maior parte do território, principalmente no interior do Estado, à época chamado de Norte do Paraná, hoje dividido em outras regiões. Bem, cuidados e providências não foram tomadas pelas nossas autoridades e pioneiros colonizadores, no sentido de deixarem reservas florestais, pequenas matas e bosques dentro de cada propriedade, que a própria lei manda deixar de um mínimo percentual fixado em hectares e ou alqueires, no qual se contenha a poupança de áreas verdes.

Os resultados negativos estão para todos nós vermos: inundações de rios, transbordamento além de sua caixa natural, destruição de lavouras ribeirinhas, grandes quebras de safras, inclusive pelo excesso de chuvas e secas periódicas, alagamento de cidades, incidência de doenças infecciosas e pragas, instabilidade do clima, ora sol, ora chuva, ora frio, ora calor, numa mesma estação, num mesmo curto período ou até mesmo num mesmo dia. Não há planta que resista, não há saúde que aguente tanta alteração e desequilíbrio climático, com causas registradas de altos números de doenças respiratórias. Tudo aquilo que é demais ou que atinja extremos, não faz bem a ninguém, e assim, a natureza se vinga do homem quando este não lhe respeitou um dia e feriu a sua lei natural.

Tem sido comum nos noticiários da imprensa em geral a veiculação de notícias sobre grandes desastres ecológicos no mundo, tais como, vazamentos de navios petroleiros de países exportadores, deixando grandes manchas de óleo nos oceanos e costas de continentes por onde comercializam o produto, acabando, por consequência, com toda fauna marinha existente nestes lugares. É comum ainda vermos nestes noticiários que determinado navio de algum país rico e desenvolvido jogou ao mar apesar dos protestos de ecologistas, toneladas e mais toneladas de lixo atômico, radioativo ou outras substâncias tóxicas quaisquer, enfim agentes poluidores que colocam em risco ou até mesmo destrói as espécies de vida, habitantes dessas águas, com ação prolongada por vários anos seguintes.

Voltamos então a questão da soberania nacional relacionadas as constantes investidas das potências estrangeiras, querendo influenciar ou até mesmo dirigir a política ecológica em nosso País, quando eles próprios também são responsáveis e em maior escala pelo desequilíbrio da natureza mundial, pois lá em seus países já fizeram seus desmatamentos desenfreado a dezenas e centenas de anos, sem falar da poluição industrial, descarga de automotóveis e tantos outros agentes nocivos ao meio ambiente. Agora, em nome do progresso es-

tes países com suas indústrias poluidoras, e seus costumes irresponsáveis, liberam seus gases para a estratosfera, destruindo a camada protetora de ozônio no globo terrestre, ou poluindo os mares com seus petroleiros e seus vazamentos, ou ainda fazendo experiências atômicas nos oceanos ou desertos e tantas outras formas de agentes poluidores que são depositados no fundo dessas águas. Eles se livram dos seus lixo em seus territórios e vão poluir e destruir a vida em todos os lugares da terra.

Então não podemos jamais permitir que tais coisas aconteçam em nosso País. Não podemos permitir que ingerências externas venham interferir em nossa soberania nacional. O Brasil é nosso, a Amazônia é nossa, com todos os seus rios, florestas, animais e riquezas minerais. A nós cabe dirigir os destinos deste País junto com nossos governantes. A nós cabe preservarmos adequadamente todas as nossas riquezas naturais, sem ferir o meio ambiente, respeitando a natureza que tanto tem nos servido desde os primórdios da existência humana na face da terra.

Homem e natureza podem viver em comunhão desde que se disponham a fazer isso. Para tanto é necessário passarmos das palavras para a ação, mesmo porque entendemos que a ecologia também é uma educação. Devemos transmitir as nossas experiências para as outras pessoas, aos outros estados, outros países e principalmente as nossas crianças, que desde pequenas, já nos bancos escolares aprenderão através dos ensinamentos desta disciplina de Ecologia, o respeito pela mãe natureza, de como viver harmoniosamente com ela e usufruir das suas dádivas.

Temos que incentivar a criação de parques e zoológicos para preservação dos animais e aqueles em extinção principalmente, de cada região, temos que incentivar o reflorestamento nas áreas de pouco verde, temos que preservar os bosques, matas e florestas já existentes; temos que preservar as reservas indígenas, pois os silvícolas, legítimos brasileiros e proprietários desta terra, necessitam e sabem da importância da preservação das florestas para a sua sobrevivência e de todos os outros seres que nelas habitam; temos que preservar as nossas águas, nascentes, lagos naturais, córregos, rios, bacias e mar territorial bem como, todos os habitantes dessas águas, promovendo a criação de viveiros, tanques, para pesquisa e desenvolvimento das espécies, incrementando programas com pessoal especializado; temos que promover criação de laboratórios de pesquisas científicas em lugares estratégicos de nosso território, visando o aprimoramento das espécies, sua convivência no

"habitat" natural ou adaptação fora dele; temos que ter leis rígidas, temos que adotar os organismos fiscalizadores, de aparelhamento e contingente humano técnico suficiente para exercer adequadamente a fiscalização e o cumprimento da legislação específica nos casos em tela, evitando o desmatamento e as grandes queimadas, a caça e a pesca predatória, estabelecendo temporadas e locais apropriados para esse esporte. Temos que incentivar a promoção conjunta de programas unindo escolas oficiais, particulares, comunidade, município e Estado, objetivando a criação de viveiros de mudas de espécies nobres e extinção de árvores, inclusive árvores frutíferas, para serem plantadas nas ruas das cidades, nos quintais, e propriedades agrícolas; temos que incentivar e buscar o apoio de pesquisadores, botânicos, cientistas, estudiosos, naturalistas, ecologistas, tanto no Brasil como no exterior, no sentido de auferirmos recursos promocionais, técnicos e financeiros, para se desenvolver os estudos necessários para a preservação de todas as espécies dos seres vivos que habitam o território paranaense e que são úteis à manutenção equilibrada da ecologia e ao meio-ambiente, temos que incentivar e organizar palestras e congressos com a presença de autoridades nos assuntos ecológicos e de meio ambiente e finalmente buscar todo e qualquer apoio junto às associações, sindicatos, órgãos nacionais e estrangeiros, entidades filantrópicas e religiosas, clubes de serviços, empresas comerciais e industriais, objetivando a aplicação prática das formas imediatas e a médio prazo de se preservar a ecologia e o meio ambiente em nosso Estado, dado a importância econômica, política e social que este representa, no contexto nacional e no exterior e mais pelo respeito e responsabilidade que devemos ter para com a nossa gente e todos os outros seres vivos que habitam esta bela e próspera região.

PROJETO DE LEI N° 103/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "Ministério Evangélico Pró-Vida - MEPROVI", com sede e foro em Palmeira, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade apontada no plano de lei que propomos aos nobres Pares é daquela merecedora de maior consideração de todos quantos desejam a melhoria das condições

de vida do povo brasileiro.

O Ministério Evangélico Pró-Vida - MEPROVI, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma Instituição de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, voltada para a recuperação de farmacodependentes.

A Instituição tem como finalidade a recuperação integral de alcoólicos e drogados através de centros de atendimento e acolhimento.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de lei à apreciação dos nobres Pares. Solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público.

O relatório em anexo, que deve ser considerado parte deste projeto vem demonstrar a operosidade dos seus dirigentes, tendo por isso, já sido declarada de Utilidade Pública Municipal.

PROJETO DE LEI N° 104/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam dispensadas de atender o requisito referente a idade, quando de habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão, por mais de quatro (04) anos consecutivos ou não.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal preceitua que todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se assim, a inviolabilidade do direito à igualdade. Além do que a Administração Pública deve se reger, além de outros requisitos exigidos, pelo Princípio da impessoalidade.

O funcionário que exerce cargo de comissão, possui experiência na Administração Pública, a manutenção do limite de idade para estes cercearia as possíveis possibilidades dos mesmos passarem em concurso público, ferindo assim o egrégio princípio da igualdade, imperativo das verdadeiras democracias.

PROJETO DE LEI N° 105/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - "Fica criado o Município de Iguatu, com território desmembrado do Município de Corbélia, com sede no Distrito Administrativo de mesmo nome, e com as seguintes divisas:

PERÍMETRO URBANO:

Ao Norte - divisa com os lotes n.ºs 53A, 53B, 53C, 53D, e 48A da Gleba n.º 9, Colônia "A" Cascavel.

Ao Leste - divisa com os lotes 54B, 54C, 61E, e 66G, desta mesma Gleba.

Ao Sul - divisa com os lotes 66B, 66C, 66D e 66F, desta mesma Gleba.

Ao Oeste - divisa com os lotes 53E, 53F, 53G, 53H, 53I, 53J, 53M e 53N e finalmente 53O também sempre da mesma Gleba.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO:

O Município, tem como ponto inicial e final a Foz do Rio Novais no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pelo Rio Novais até a Foz do Córrego Taguarussu, sobe por este até a sua nascente, da sua nascente em linha reta e seca no sentido da mesma até a Estrada Iguatu-Braganey, por esta até a Estrada Corbélia-Iguatu, por esta até a ponte sobre o Rio Rebouças ou Sapucaí, desce por este até a sua Foz no Rio Piquiri, subindo por este até a Foz do Rio Novais ponto inicial.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) DAVID CHERIEGATE.

PROJETO DE LEI N.º 106/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Estadual de Saúde com as seguintes características:

I - O Conselho Estadual de Saúde será um órgão permanente de caráter deliberativo e composição paritária responsável pela elaboração e atualização da política estadual de saúde além da gestão fiscalização e controle das ações e serviços de saúde - inclusive nos aspectos econômicos e financeiros no âmbito do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde no Estado do Paraná.

II - O Conselho Estadual de Saúde terá ainda as seguintes atribuições:

a) Deliberar sobre a necessidade de contratação intervenção ou rescisão de contratos de serviços privados;

b) Planejar e controlar a administração do Fundo Estadual de Saúde instituído pelo Art. 172 da Constituição do Estado e todas as ações a ele relacionadas;

c) Estabelecer as diretrizes para a formulação de um Plano Único de Cargos, Carreira e Salários para todos os servidores públicos de saúde integrantes do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde no Estado do Paraná;

d) Sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento das ações e serviços de saúde;

e) Avaliar e propor políticas de recursos humanos para a área de saúde da

Secretaria de Estado da Saúde;

f) Promover seminários de debates a respeito de assuntos relativos à saúde;

g) Convocar anualmente uma Assembléia ou Plenária Estadual de Saúde;

h) Elaborar e aprovar seu regimento interno;

i) Manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões em que for omissa esta lei.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Saúde tem a seguinte composição:

a) 1/3 (um terço) dos seus membros representando os usuários dos serviços de saúde escolhidos entre as entidades da sociedade civil organizada;

b) 1/3 (um terço) de profissionais de saúde do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, escolhidos através de eleição em fórum aplicado entre aqueles indicados pelas Entidades de classe representativa do setor;

c) 1/3 (um terço) representando o Poder Público escolhido através da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - O Poder Executivo no prazo de 120 dias regulamentará a presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

PROJETO DE LEI N.º 107/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Todos os candidatos inscritos para prestarem concursos públicos estaduais ou exames de admissão ao quadro da polícia civil ou militar deverão submeter-se à doação e exames sanguíneos.

Parágrafo Único - O item a que se refere este artigo só terá validade se os candidatos não apresentarem impedimentos legais conforme o estabelecido pelo órgão oficial de saúde e manifestar voluntariedade.

Art. 2º - As doações serão realizadas junto a um órgão credenciado de saúde pública quando da ausência do Núcleo de Hemoterapia.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade trazer ao conhecimento dos indivíduos a que se destina o tipo de sangue de que são portadores para aqueles que o desconhecem e mostrar aos mesmos se são portadores ou não das doenças que são diagnos-

ticadas através de exames laboratoriais realizados sem nenhum custo financeiro para os examinados, onde incluem-se: sífilis, chagas, herpes, hepatite e AIDS.

Esperamos com esse plano de lei poder reduzir a incidência desses males, através do prévio conhecimento e tratamento inicial, evitando-se dessa forma o agravamento e o conseqüente alastramento via contaminação.

Acreditamos também contribuir para a redução das mortes provocadas diretamente pela falta de sangue nos bancos sangüíneos em casos de emergência.

Ciente da importância social e relevância desta proposição, submeto-a à apreciação, e espero poder contar com sua posterior aprovação pelos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 108/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de CAPIVARI CACHOEIRA, constituído pelas áreas do atual Distrito do Paiol de Baixo, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, "ad referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Paiol de Baixo.

Art. 2° - As divisas do Município são as seguintes: começa no Rio Capivari, onde recebe o afluente Capivari Mirim, desce pelo Capivari, dividindo com Bocaiúva do Sul, até o Rio Pardinho, pelo Rio Pardinho acima, dividindo com o Estado de São Paulo até os Três Pontões, na Serra dos Órgãos, pela mesma Serra dos Órgãos dividindo com Guaraqueçaba e Antonina até a BR-X trecho BR-2 Alto da Serra, pela BR-X, dividindo com Quatro Barras até a BR-2, pela BR-2, no sentido São Paulo - Curitiba, até a ponte sobre o Rio Capivari-Mirim, pelo Capivari-Mirim abaixo, até o Rio Capivari.

Art. 3° - O Município de Capivari Cachoeira será instalado tão logo completada a investidura dos seus primeiros mandatários.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A divisão territorial que ora propomos tem a melhor fundamentação, porque o Município de Campina Grande do Sul possui uma conformação geográfica irregular, de sentido fortemente retangular, com terrenos situados no planalto curitibano e outra porção de terras situada na meia encosta abaixo da represa de Capivari Cachoeira, dificultando o atendimento às suas populações.

Doutro lado, com sua emancipação, a

região do atual Distrito de Paiol de Baixo, que passa a ser chamada de Município de Capivari-Cachoeira, poderá reunir condições para um avanço firme no sentido do seu desenvolvimento e bem-estar.

Por fim, o novo Município atende às condições de distância da sede do Município-mãe para seu núcleo principal ficando situado a mais de 20 km, da sede da Campina Grande do Sul; possui população superior a 8 mil habitantes e plena autonomia econômica-financeira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há número legal e a Sessão está aberta. Em discussão a Ata da Sessão anterior. Aprovada.

No Pequeno Expediente, Deputado Nereu Massignan com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores assistentes e visitantes, funcionários públicos.

Venho à tribuna para prestar uma homenagem a um homem deste século. Um homem que viveu todos os anos deste século XX e mais dois do século passado. O "Cavaleiro da Esperança", Luiz Carlos Prestes faleceu no Rio de Janeiro nesta madrugada.

Homem do mundo, da liberdade, da justiça, eu diria que com ele morre o último revolucionário deste século, no Brasil.

Trouxe aqui à tribuna um álbum dedicado a Prestes e folheando-o, encontro trechos que bem definem a vida deste honrado homem brasileiro.

Pedaços da vida heróica de um filho querido do povo, de um homem que ama a terra em que nasceu: seus rios, suas montanhas, árvores e praias.

De um homem, porém, que mais que tudo isto, ama a sua gente, ama os que trabalham nas fábricas e nas oficinas, nos campos, e nas fazendas e nos quartéis e nos navios.

Seu nome sonoro, repetido de boca em boca, nas lendas e nas canções, murmurando com esperança nas horas de terror, impresso nos manifestos e gritado nas horas de luta ou de entusiasmo.

Escrito nos muros das fábricas e dos quartéis; nos cascos dos navios e nas paredes das escolas, acende esperanças nos corações de milhões de brasileiros.

Olho o poema de Pablo Neruda escrito há tantas décadas, e vejo lá escrito: (Lê):

Cuántas cosas quisiera decir hoy, brasileños,

cuántas historias, luchas, desengaños, victorias

que he llevado por años en el corazón para decirlos, pensamientos

y saludos. Saludos de las nieves andi-

nas,

saludos del Océano Pacífico, palabras que me han dicho

al pasar los obreros, los mineros, los albañiles, todos los pobladores de mi patria lejana.

Qué me dijo la nieve, la nube, la bandera?

Qué secreto me dijo el marinero?

Qué me dijo la niña pequerita dándome unas espigas?

Un mensaje tenían: Era: Saluda a Prestes.

Búscalo, me decían, en la selva o el río.

Aparta sus prisiones, busca su celda, lláma.

Y si no te permiten hablarle, míralo hasta cansarte

y cuéntanos mañana lo que has visto.

Hoy estoy orgulloso de verlo rodeado de un mar de corazones victoriosos.

Voy a decirle a Chile: Lo saludé en el aire

de las banderas libres de su pueblo.

Yo recuerdo en París, hace años una noche

hablé a la multitud, vine a pedir ayuda

para España Republicana, para el pueblo en su lucha,

España estaba llena de ruinas y de gloria.

Los franceses oían mi llamado en silencio.

Les pedí ayuda en nombre de todo lo que existe

y les dije: Los nuevos héroes, los que en España luchan, mueren,

Modesto, Lister, Pasionaria, Lorca, son hijos de los héroes de América,

son hermanos de Bolívar, de O'Higgins, de San Martín, de Prestes.

Y cuándo dije el nombre de Prestes fué como un rumor in menso,

en el aire de Francia: París lo saludaba.

Viejos obreros con los ojos húmedos miraban hacia el fondo del Brasil y hacia España.

Os voy a contar aún otra pequeña historia.

Junto a las grandes minas del carbón, que avanzan bajo el mar

en Chile, en el frío puerto de Talcahuano,

llegó una vez, hace tiempo, un carguero soviético.

(Chile no establecía aún relaciones con la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Por eso la policía estúpida prohibió bajar a los marinos rusos, subir a los chilenos).

Cuando llegó la noche

vinieron por millares los mineros, desde las grandes minas, hombres, mujeres, niños, y desde la colinas

con sus pequeñas lámparas mineras,

toda la noche hicieron señales encendiendo y apagando

hacia el barco que venía de los puertos soviéticos.

Aquella noche oscura tuvo estrellas:

las estrellas humanas, las lámparas del pueblo

Hoy también, desde todos los rincones de nuestra América, desde México libre, desde el Perú sediento

desde Cuba, desde Argentina populosa,

desde Uruguay, refugio de hermanos asilados,

el pueblo te saluda, Prestes, con sus pequeñas lámparas

en que brillan las altas esperanzas del hombre.

Por eso me mandaron por el aire de América.

para que te mirara y les contara luego cómo eras, qué decía su capitán callado

por tantos años duros de soledad y sombra

Voy a decirles que no guardas odio.

Que sólo quieres que tu patria viva.

Y que la libertad crezca en el fondo del Brasil como un árbol eterno.

Yo quisiera contarte, Brasil, muchas cosas calladas,

llevadas estos años entre la piel y el alma,

sangre, dolores, triunfos, lo que deben decirse

los poetas y el pueblo: será otra vez, un día.

Hoy pido un gran silencio de volcanes y ríos.

Un gran silencio pido de tierras y varones.

Pido silencio a América de la nieve a la pampa.

Silencio: La palavra al Capitán del Pueblo.

Silencio: Que el Brasil hablará por su boca".

Olho as imagens de sua mãe, de suas

irmãs, da sua juventude como tenente, da fundação do seu Partido Comunista Brasileiro, as suas caminhadas pela coluna, e vejo o mapa do Sudoeste do Paraná, onde ficou escrito e consagrada uma manobra militar das mais importantes da história, a chamada "Manobra de Maria Preta".

Olho a figura de Prestes a cavalo pelas florestas de Catanduva, às margens direita do Rio Iguaçu: olho o mapa do Brasil e a sua famosa caminhada de tantos mil quilômetros, de tantas mil esperanças, ainda quase que no começo do século.

Olho a manchete do exílio, seus companheiros, olho Prestes na Rússia, exilado e me lembro de 1935 da Aliança Nacional Libertadora. Vejo o Jornal "A Manhã", daquela época, com a seguinte manchete: "CARLOS PRESTES A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO. SOB SEU COMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL.

E assim vai. Vejo uma composição musical, chamada MARCHA REVOLUCIONÁRIA.

Vejo oficiais que participaram e vejo Olga Benário, morta na Alemanha de Hitler, com seu semblante firme de revolucionária, amante e mulher de Carlos Prestes.

Vejo Prestes nos tribunais do Brasil na época dos tribunais de exceção. Lembro-me do advogado da liberdade, Sobral Pinto pedindo a proteção da lei dos Animais a um ser humano tão maltratado e torturado. Quando passo essas reminiscências, vejo Prestes no Estádio Pacaembu, em São Paulo, cheio para ouvi-lo; vejo-o em comícios nos mais variados recantos do Brasil, Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte, Campinas, Rio, Petrópolis, Santo André, vejo-o na luta contra a guerra; vejo Prestes na luta pela democratização do Brasil duas vezes - 1945 e 1964.

Morre esse homem honrado do Brasil que passou as maiores vicissitudes na sua vida. Perdeu a mulher, esparramou os filhos pelo mundo, teve na sua mãe uma guerrilheira da liberdade, pedindo sua libertação pela Europa a fora, mas tem, hoje, os seus filhos criados; tem a Leocádia, a lembrança viva da Olga, cujas cinzas ficaram nos campos de concentração da Alemanha Nazista.

Prestes leva hoje, além dessas dores, as lembranças de sua luta revolucionária, que deixa escrita página de glória, não de heroísmo, mas de glória para o Brasil. Prestes, Luiz Carlos, cidadão do mundo, da liberdade, cidadão brasileiro, leva consigo também a tortura nas duas vezes em que vivemos o período de repressão neste País. Ele levou consigo a falta de liberdade, o exílio, o sofrimento do próprio povo brasileiro, mas vai deixar, aqui, pelo seu exemplo de vida, a janela aberta, a luz que pode mostrar que homens com coragem, que homens com ideologia, que homens com

história, que homens que vêem os homens, podem um dia servir de exemplo, resgatando a história, reconstruindo o mundo, olhando para frente, com uma mensagem de esperança e de transformação.

Senhor Presidente, fujo da homenagem tradicional, que seria requerer voto de profundo pesar.

Requeiro à Mesa, que transcreva as palavras aqui ditas e as encaminhe à família do falecido, Luiz Carlos Prestes, com as homenagens deste Parlamentar e desta Assembléia, se assim entender o Plenário, por ocasião do seu falecimento.

Assim sendo presta o Paraná e seus representantes a homenagem a um cidadão quase centenário que hoje deixa o Brasil, mas deixa em cada canto por onde passou, em cada passo que deu, que são milhares por todos os cantos do Brasil - deixa ali a marca da luta revolucionária, libertária, libertadora do povo, da América Latina e do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós recebemos nesta Casa hoje os funcionários públicos do Estado do Paraná, que aqui vêm para trazer a sua mensagem a respeito do regime único que o Governo de forma autoritária elaborou e está prestes a remeter a esta Casa.

As lideranças nos diziam de que fizeram três seminários para colocar no sentido de que tenhamos um regime único que atenda os interesses dos funcionários, que atenda aos interesses do Estado e da população.

Mas não é isto que está ocorrendo, na verdade parece que criaram mais um estatuto do que um regime único e neste momento, Senhores Deputados, é fundamental que ouçamos os apelos dos funcionários que fizeram seminários, que têm propostas sérias e que efetivamente, se são os funcionários públicos que na realidade conduzem a política administrativa do Governo, são eles no conjunto de suas verdadeiras lideranças que terão a competência de dizer também o que é melhor não só para eles, mas para o povo do Paraná.

Eu gostaria de parabenizar a Presidência desta Casa que permitirá que no intervalo entre a Sessão Ordinária e a Extraordinária uma liderança dos Senhores Funcionários possa ocupar este microfone para transmitir aos Senhores Deputados de viva voz, os seus apelos e as suas exigências.

Era isso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 119: qualquer pessoa poderá assistir às sessões nas galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

A Mesa não vai fiscalizar, vai conceder às galerias o poder de se próprio fiscalizar. Eu admito os aplausos mas eu não admito assovios e vaias, por isso se as galerias se comportarem dentro das normas, nós teremos prazer em recebê-los sempre.

Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Nós queremos em nome da bancada do PMDB, dar as boas vindas nesta Casa de Leis, Casa Democrática, aos Senhores Funcionários públicos e dizer que a nossa bancada está disposta, como sempre esteve, em todos os momentos, de receber as solicitações, as aspirações dos Senhores Funcionários Públicos, analisá-las com todo o carinho de que serão com certeza merecedoras e fazer com que seus interesses sejam incluídos dentro do regime único.

É claro que numa análise de tamanha profundidade deveremos também analisar com carinho os interesses do Governo, dos Senhores Funcionários, dos Funcionários e do Governo, porque o Governo não sobrevive sem os funcionários e a recíproca é verdadeira.

Os Senhores Funcionários também precisam de um Governo forte que lhes dê sustentação e a nossa bancada, desta forma, bancada do PMDB, consultada pelo Senhor Presidente, concordou que um representante do Senhores Funcionários Públicos faça uso da palavra ou naquela tribuna, como disse o Deputado Furiatti ou nesta Tribuna, porque ambas são democráticas, e aqui exponha os interesses dessa classe tão laboriosa e imprescindível para que o Estado continue atuando, para que todos nós possamos fazer um Paraná cada vez mais forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Lindolfo Júnior, com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Líder do PMDB tem razão quando diz que o Governo não sobrevive sem os funcionários e aí vai a nossa indagação: Será que o Funcionário Público do Estado do Paraná, conseguirá sobreviver com esse salário de miséria que aí está, oriundo de uma política inábil e infeliz do Governo Estadual. Quando eu apresentei nesta Casa um projeto em que nós reajustávamos mensalmente os

salários do Servidor Público do Paraná, o Deputado Lindolfo Júnior foi tachado de demagogo, de querer fazer média com o servidor público do Paraná e instalamos nesta Assembléia uma Comissão Geral para discutirmos e analisarmos com profundidade, com respeito ao servidor público do Paraná, a questão dos seus salários.

Conseguimos a aprovação da comissão geral, mas infelizmente a bancada do PMDB vota contra o reajuste mensal, cometendo um equívoco e um crime até para com os Servidores Públicos do Estado do Paraná, porque ninguém fala em diminuir, em congelar o salário do Deputado Estadual. O que todo mundo pensa é em si e se esquecem daqueles que repito, são o sustentáculo de uma administração municipal, de uma administração estadual e federal que é o funcionário público.

Tivemos nesta tribuna, a oportunidade de quando chegou a Mensagem do Governador concedendo o reajuste de 292%, de dizer que essa era uma Mensagem e um aumento ilusório e a prova aí está.

Fui tachado novamente de demagogo, mas não sou profeta. Qualquer pessoa, em sua consciência poderia analisar a situação em que se encontra o nosso País naquele momento, naquela oportunidade, o nosso pronunciamento dizia exatamente isto e logo após o nosso pronunciamento, diretores da APP, do SINDE, da Saúde, vinham conversar conosco dizendo: Deputado, isto que o Senhor disse é verdade.

Então aguardem o mês de março que vocês verão.

Sem o reajuste mensal, Senhores Deputados, o servidor público não terá condições de pagar as suas necessidades básicas de garantir a sua cidadania. Nós voltaremos com este reajuste mensal.

Peço a Vossa Excelência que neste momento de dificuldade para a classe do funcionalismo público onde alguns insensíveis pensam, de forma retrógrada, que são apenas 100 ou 200 mil e que a população, que o eleitorado, passa de cinco milhões, ora, isto é uma grande balela! O funcionário público também paga o seu leite, paga o seu aluguel, paga a sua prestação, paga a escola de seus filhos, porque muitas vezes mesmo não tem oportunidade de ter uma vaga na escola pública no Paraná.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer a Vossas Excelências e pedir novamente o apoio para este projeto, para que possamos resgatar a dignidade do Servidor Público do Estado do Paraná, para que ele possa trabalhar sim, na sua repartição...

(É retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem um minuto mais.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Senhor Presidente.

... para que ele possa trabalhar na sua repartição com mais respeito e dedicação para com os cidadãos paranaenses.

Quero parabenizar a Presidência e a Mesa Executiva da Assembléia, Deputado Anibal Khury, por oferecer a oportunidade de um funcionário público vir também nesta tribuna para dizer das suas agruras, dos seus sentimentos, de sua tristeza desta política covarde e insensível que se aplica contra o servidor público de nosso Estado.

Tivemos nestes dias um Secretário de Estado na tribuna e teremos hoje um representante daqueles que estão sofrendo na carne o problema do arrocho salarial e da falta de sobrevivência, de cidadania, de dignidade.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto no Horário das Lideranças, o PT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Presidente Pedro Tonelli.

O. SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras Funcionários Públicos do Estado do Paraná que hoje nos visitam fazendo seus apelos justos sobre duas questões fundamentais que dizem respeito a esta laboriosa categoria que faz funcionar o Poder Público do Estado do Paraná.

Uma não está na Ordem do Dia ainda, que é o regime jurídico que será instituído no Estado do Paraná, brevemente, no máximo daqui a um mês e os seus respectivos estatutos das categorias que tratam das conquistas de cada carreira do nosso funcionalismo e que no momento oportuno esperamos que este Parlamento tenha a hombridade e a compreensão de representar o anseio dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Outra preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados que os funcionários públicos trazem aqui muito bem, lamentavelmente já é matéria vencida, e agora temos que fazer um esforço para trazê-la novamente à Ordem do Dia, que é a política salarial arrochante que a maioria nesta Casa aprovou, aquele absurdo que foi aprovado no começo de janeiro contra a nossa vontade e a vontade de alguns Parlamentares que aqui estão.

Naquela época lembro bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentamos aqui mais de vinte emendas que tinham o objetivo de corrigir as barbaridades que agora estamos vendo e ouvindo com a presença dos servidores públicos.

A Mensagem governamental que foi discutida no começo de janeiro, trazia aquilo que hoje resulta no arrocho institucionalizado para todo o ano de 1990, para os nossos funcionários.

Apresentamos aqui duas Emendas.

Emendas que deveriam ser aprovadas.

Uma que era o pagamento quinzenal de salários e que foi rejeitada, porque nós já sentíamos no começo de janeiro que a inflação nesse ano, nesses meses seria sempre acima de 50%.

E uma inflação quando atingir mais de 50% o funcionário ou o trabalhador, que vai ter que esperar 30 ou até 40 dias para receber, obviamente ele terá uma defasagem de 30 ou 40% do valor real e isso é completamente injusto. Outra preocupação que nós trouxemos aqui e que foi rejeitada majoritariamente, foi a de que as reposições deveriam ser pagas de acordo com o IPC integral e que deveria ser rejeitada aquela proposta que foi apresentada pelo Governador que foi aquele escalonamento, onde em fevereiro ia pagar 25% da reposição de janeiro, março ia pagar 15% e a menos da inflação de fevereiro.

Agora nós estamos aí, os nossos servidores que não aguentam mais, com uma inflação perto de 100%, com o salário arrochado e com a possibilidade triste e cruel, que nós avisamos no começo de janeiro, quando aqui foi apreciado, de que possivelmente quando assumiria o novo governo, se houvesse um congelamento o que é que aconteceria?

Ficaria o arrocho, o dito pelo não dito, ficaria para sempre.

Agora estamos aí a uma semana do novo governo assumindo e possivelmente, aplicará um congelamento e aí eu quero perguntar aos nobres pares que aqui estão e que defenderam o governo naquela época: como é que ficará se Collor aplicar um congelamento, o arrocho atrasado dos nossos funcionários públicos?

Por isso, Senhor Presidente, é necessário rezar o ato de contrição, declarar o nosso arrependimento e apelarmos ao Palácio Iguazu, para que ele reveja a política aprovada e imediatamente, envie proposta a este Parlamento, para que aproveemos uma política salarial mais condizente com a realidade, com as necessidades dos nossos funcionários.

Por causa disso é que estou apresentando para esta Sessão ainda, que este Poder se manifeste, estou apresentando um requerimento para que esta Assembléia envie expediente ao Governador Álvaro Dias, solicitando um reestudo da política salarial do nosso funcionalismo público. Porque se não o aviso está dado aqui.

Aqui estão os representantes de todo o Estado.

Se não o Poder Público do Paraná estará desmoralizado mais uma vez, por que?

Porque os nossos Servidores Públicos estão trabalhando sem ânimo, sem salário, sem um pagamento justo e sem os direitos reconhecidos.

Por isso quero ver, a bancada oficial, aprovar um manifesto pedindo ao Governador que, urgentemente, reveja sua posição e mande a este Poder alterações na política salarial para 1990.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

Declina.

PDS com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

PTN com a palavra.

Declina.

PRN, com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para marcar uma posição da Bancada do PRN, nesta Casa, para que os Anais da Assembléia Legislativa, quando forem vistos no futuro possam fazer justiça àqueles que realmente se preocuparam com a situação difícil porque passa o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Quando chegou a esta Casa o aumento de 297% no começo do ano, tive a oportunidade de dizer que o Governador Álvaro Dias estava tão somente aplicando uma anestesia no funcionalismo público estadual e que a anestesia é boa para tirar a dor do momento, e passando o efeito da mesma a dor volta, às vezes com maior intensidade.

E aconteceu. Naquela oportunidade apoiámos inúmeras emendas que favoreciam o funcionalismo público do Estado do Paraná. Reporto-me ao pronunciamento feito ainda há pouco pelo eminente Líder da Bancada do PT nesta Casa, Deputado Pedro Tonelli, está com razão o Deputado. Lembro-me bem da época em que veio para esta Casa o documento que tratava da situação dos salários dos funcionários públicos do Estado para o ano todo. E nós tivemos uma posição.

Infelizmente as Bancadas do PFL e do PMDB votaram contra todas as emendas que foram propostas e que favoreciam (favoreciam, não, porque não era favor nenhum), que eram de interesse dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Nós vamos apoiar o Requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Mais uma vez a Bancada do PRN fica firme ao lado do funcionalismo público que

não precisa de favor nenhum, e não é favor nenhum, é uma obrigação do Deputado.

E nós só lamentamos, e nos reportamos até ao infeliz pronunciamento feito há dias pelo Deputado Hermas Brandão, quando disse que o Governador Álvaro Dias preparava-se para abandonar o navio que começa a fazer água, deixa a propaganda no rádio, nas televisões, nos jornais, uma propaganda enganosa, e um governo arrebitado para o seu sucessor, Governador Ari Queiroz.

O Governador Álvaro Dias deveria se responsabilizar pelo que fez pelo Estado do Paraná e ao funcionalismo do Estado do Paraná.

Vai deixar o navio fazendo água. Sei lá o que vai acontecer com futuro Governador. Esperamos apenas que Ari Queiroz tenha a sensibilidade que Álvaro Dias não teve para com todo o funcionalismo do Estado do Paraná, responsável pelo sucesso que este Estado alcança. Que Ari Queiroz possa fazer justiça, não favor, porque o funcionalismo público não precisa disso. E lamentavelmente, Álvaro Dias que vai abandonar o navio que está fazendo água, infelizmente foi terrível, foi duro, foi muito mal, não só para o funcionalismo público do Estado do Paraná, mas para o Paraná de um modo geral.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados a Bancada do PDT, com assento nesta Casa, está também solidária à situação dos funcionários públicos do Estado do Paraná e vai, podem ter certeza, votar favoravelmente ao requerimento que dá entrada à Casa, pelo Deputado Pedro Tonelli, por entender que a situação atual muito embora possa ter desculpas e justificativas, e nós já até temos certa experiência adquirida como vice-Prefeito da cidade de que está difícil governar.

Mas também está difícil sobreviver. Todo dia se aplicam novos aumentos, remarcações pela manhã, à tarde, à noite, no dia seguinte... e, evidentemente, essa carga toda não pode ficar somente em cima do povo, do funcionalismo.

Há que se achar uma saída.

Deve-se evitar os gastos de um lado para poder passar para outro lado.

E essa posição nossa, essa coerência, tem sido mantida até mesmo na função nossa como vice-Prefeito nas discussões dos salários dos funcionários do Município.

O Prefeito Jayme Lerner anteontem mandou para a Câmara Municipal uma reposição salarial de 72,78%, procurando amenizar um pouco a situação, claro que não vai resol-

ver a situação do funcionário do Município, mas, pelo menos, está tentando antecipar já alguma coisa, um pagamento já para o próximo dia quinze também, porque afinal de contas, nós os administradores precisamos achar uma saída, soluções, que atividades.

Eu acho que o Governador do Estado também tem que evidentemente partir para esse lado.

Então a Bancada do PDT, evidentemente vai procurar colocar a sua posição diante deste assunto, quando vier para discussão, mas vai votar já antecipadamente favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Mas, eu venho a esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para alertar o bom número de companheiros que vieram hoje do litoral do Estado dos balneários que lutam pela emancipação de Pontal do Paraná. E talvez por uma falta de aviso, alguma coisa, não ficaram sabendo de que o Projeto em sua terceira discussão, não será discutido no dia de hoje, e talvez nos próximos dez dias, em função de que, nós dependemos de alguns envios de documentos através do IBGE, e dos órgãos que analisam a criação dos Municípios.

Então, para tranquilizar o pessoal do interior do litoral, que pode estranhar da não votação do projeto, ele foi retirado a pedido meu pelo próprio Deputado autor do Projeto, Deputado Anibal Khury, para que só retorne daqui a dez ou quinze dias, quando já tivermos todas as informações necessárias para votarmos então em terceira discussão.

Mas eu dei entrada nesta Casa aqui no dia 7 de novembro do ano passado num Projeto de Lei que concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense, que doarem vida, órgãos passíveis de serem transplantados, quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde. E este projeto dentre os seus doze artigos foi levado a análise junto ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, para que nos encaminhe algumas sugestões com referência a este Projeto.

O Conselho Regional de Medicina do Paraná, inicialmente cumprimenta o Deputado pelo alcance social e humanitário que o Projeto de Lei engloba, formalizando e disciplinando a doação e recepção de órgãos, pois carecemos de legislação nesse sentido. E, pede vênua, para fazer algumas considerações sobre o artigo quinto, que no parecer do Conselho, poderá criar algum problema no atendimento médico futuro, pois o artigo primeiro do código de ética médica, prevê que a medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e deve ser exercida sem discriminação de qualquer natureza. E reforça

no artigo 47 que diz: "É vedado ao médico discriminar o ser humano de qualquer forma ou sobre qualquer pretexto."

Ora, embora se reconheça, e se perceba a intenção da legislação, parece-me de bom alvitre prevenir a qualquer provável má interpretação.

Outrossim, permita-me cumprimentá-lo pelo artigo oitavo, no seu parágrafo primeiro e segundo, onde as determinações são baseadas no código de ética médica. E, assim sendo, nos encaminhe também a idéia de alterarmos também o artigo quinto original do nosso projeto que diz: "os doadores terão prioridade de atendimento a saúde junto as unidades sanitárias ambulatoriais hospitalares, integradas ao SUDS ou ao quadro ou sistema oficial que venha a suceder, alterando o artigo quinto dizendo: "os doadores terão assegurados o atendimento a saúde."

Então era esse o registro que eu queria fazer, Senhor Presidente, dizendo que estou encaminhando à Mesa esta Emenda à este meu Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PSDB, Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, eu gostaria, Senhor Presidente, de agradecer a Vossa Excelência pela sensibilidade que teve hoje pela manhã ao nos receber junto a uma comissão da Federação Brasileira das Instituições dos Excepcionais e da forma com que Vossa Excelência se portou e se comprometeu conosco em razão do Regime Jurídico Único, em nenhum momento foi discutido neste Estado com as categorias que tem subsídios e que realmente necessitam discutir este Projeto no momento em que esse Regime Jurídico Único gestado na Secretaria da Administração, sem nenhuma participação dos segmentos interessados e envolvidos traz uma série de distorções e uma série de equívocos.

E nesta oportunidade na audiência com Vossa Excelência, estiveram presentes várias pessoas representantes das seguintes entidades:

- Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais - Coordenaria do Paraná;
- Fundação Ecumênica de Proteção aos Excepcionais;
- Associação de Apoio à Pessoa Física;
- Centro de Reabilitação Mercedes Streser;
- Escola para Surdos Epheta;
- Associação Brasileira Companheiros da América;
- Conselho Comunitário do Deficiente;

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
- Escola Especializada Primavera;
- Centro de Orientação e Controle do Excepcional;
- Centro de Reabilitação da Fala Sidney Antônio.

Na oportunidade foi apresentado um documento onde (lê documento):

"As instituições de atendimento às pessoas portadoras de deficiência abaixo relacionadas, dirigem-se à Vossa Senhoria para expor o que segue:

- A Educação Especial do Paraná organizada há mais de 25 anos, goza de grande projeção no cenário nacional pelo nível de atuação tanto da área governamental quanto da profissional.

- A condição básica para o exercício profissional na educação especial é a especialização de professores, técnicos, dirigentes exigidos por lei.

- Associado à capacidade profissional, requer também alto nível de dedicação, atualização constante da equipe, para aperfeiçoamento técnico específico.

- Reforça-se ainda que além do conhecimento técnico da área pedagógica é exigida dos profissionais um nível de conhecimento de áreas paramédicas para atuação plena e consciente que cada patologia exige.

Reconhecendo o nível exigido de capacidade profissional é que em 1976 com advento da Lei Complementar n° 07 de 22.12.76 foi incorporado a gratificação especial correspondente a 50% dos vencimentos do professor em exercício na reabilitação e educação dos excepcionais.

Tal vantagem ofereceu estímulo a professores que escolheram seu mister nesta área por vezes dificultosa e pouco compreendida na carreira do magistério, demonstrando a eles o reconhecimento efetivo do Governo.

Passados os anos, encontra-se hoje a comunidade dos professores diante da perspectiva da perda dessa vantagem face a proposta do anteprojeto de lei para o Regime Jurídico Único dos Servidores Estaduais.

Situação atual:

- Segundo proposta elaborada pela Comissão de Regime Jurídico Único datada de 08.02.90 na sub seção XII, artigo 112, transcreve:

"Ao professor ou especialista em educação em exercício de atividade especializada em reabilitação de excepcionais, diretamente com o educando, será paga gratificação pelo trabalho com excepcionais, na base de 20% (vinte por cento) do valor de referência inicial da tabela de vencimentos da carreira do Magistério.

Parágrafo Único

A gratificação de que trata este artigo é inacumulável com a gratificação por atividade penosa a título de regência de classe, a que se refere o art. 111, desta Lei."

Consequências:

Com aprovação do referido artigo, os professores que atuam diretamente com excepcionais, estão sendo frontalmente prejudicados em seus direitos adquiridos (Lei Complementar n° 07 de 22.12.76), com redução da gratificação de 50% dos seus vencimentos para 20% do nível inicial, o que ocasionará evasão dos especialistas nas áreas.

O reduzido número de professores especializados no Estado, responsável pelo atendimento da população de deficientes que compreende hoje 10% da população global, tende a tornar-se mais reduzido se aprovado o artigo 112.

Ante o exposto solicitamos seja rejeitado o artigo 112 e seu parágrafo, subscrevemo-nos. Atenciosamente."

(retirado o som)

Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que o nobre Deputado Luiz Antonio Setti me concedeu o horário do PTB para que eu consiga terminar meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência prossegue.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Presidente Anibal Khury nesta oportunidade se comprometeu conosco, de que realmente, a não mudar esse projeto de regime jurídico único, que não foi discutido na base e nem com as categorias que se interessam pela questão, ele não será apreciado e não será votado nesta Casa. Eu quero me congratular com o Presidente Anibal por essa sua posição; mas além disso, Senhor Presidente, nós precisamos fazer com que o que consta na Constituição Federal e na Constituição do Estado seja cumprido e que venha para cá um projeto de Lei adequado à realidade do Paraná e adequado às conquistas históricas das categorias que estão a tantos anos lutando pela questão da democracia e pela questão dos direitos nesta Casa.

E ocupando o horário do PSDB, eu quero dizer que aqui quando estive em votação a atual lei salarial, nós tivemos emendas apresentadas pela Bancada do PSDB, assim como de outros Partidos, para que se mudasse a legislação salarial em aplicação neste momento no Estado do Paraná; e assim como fez o Deputado Ferrari, do PRN, eu também quero fazer coro ao que ele diz. Na verdade, o que nós tentávamos aprovar aqui foi derrubado nesta Casa pela Bancada do PMDB e do PFL, que foram intransigentes

na avaliação das possíveis mudanças de uma lei salarial que pudesse hoje estar atendendo melhor as categorias do funcionalismo público paranaense.

Mas além disso, eu vejo faixas de todos os servidores públicos nesta Casa de Leis, pedindo e solicitando que suas reivindicações sejam atendidas. E vejo, principalmente, os funcionários da saúde, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, também solicitando que sejam atendidas as suas reivindicações salariais, porque na verdade, se nós fôssemos fazer uma análise do papel desempenhado pelo Senhor Secretário Delcino Tavares, à frente da pasta da Saúde aqui no Estado do Paraná, muito mais nós teríamos a deplorar, porque além de não valorizar o profissional da Saúde, além de não abrir o processo para a participação dos segmentos envolvidos e da própria população, faz com que o atendimento à nossa população lá na ponta seja deficitário.

Mas além disso, se ocupa e se utiliza dos meios de comunicação, utilizando recursos públicos para dizer que brevemente divulgará no Paraná uma pesquisa, que traz mediante essa pesquisa de todos os setores da população do Paraná, uma demonstração do acerto da sua política, onde a população está contente pelo atendimento fornecido pelo SUDS à população paranaense no que se refere à saúde.

Nós sabemos que isso é uma blefe e será mais uma pesquisa formulada dentro do Palácio do Planalto, formulada na Comunicação Social para engambelar e para, uma vez mais, intimidar a classe política e fazer com que a população acredite que o atendimento na ponta esteja sendo bem feito. Mas a população do Paraná começa a demonstrar a sua participação, a sua organização, e eu quero me congratular com todo funcionalismo público que aqui está nesse momento que é de reorganização, de mobilização para reconquista dos direitos que esse governo tirou e para a luta continuada na conquista dos direitos de todos nós aqui no Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é nesta oportunidade que acho importante a participação da Assembléia Legislativa, e apoiar também o requerimento do Deputado Pedro Tonelli para que haja uma reavaliação da política salarial do funcionalismo no Estado do Paraná, embora nós saibamos que esse requerimento do Poder Legislativo chegará no Poder Executivo e não terá o reflexo, porque na verdade esse Palácio Iguaçu, enquanto não houver a definição da desincompatibilização do atual Governo ou mesmo a sua continuidade para arcar com a administração do caos em que ele deixou este Estado, possamos na verdade discutir melhor a questão do Paraná e fazer com que

num futuro próximo essa situação possa melhorar.

O PSDB votará a favor do Requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer confirmar as palavras ditas hoje com representação que foi acompanhada do Deputado Haroldo Ferreira. Nós somos contra o regime único, por isso vai ser difícil apreciar esta matéria como regime único. Nós somos a favor dos estatutos cada um de "per-si" para cada categoria englobada numa lei única.

(Palmas)

PMDB com a palavra.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei (em número de 2), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei n° 10/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de Preferência da Votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 10/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (Of. n° 112), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA

ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 205/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que retifica a Lei n° 9007, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Retirado da Ordem do Dia, pela Mesa.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 15/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e HERMAS BRANDÃO, que cria o Quadro Próprio dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais no Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 52/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 11/90), que dá nova redação à Lei n° 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 98/89, (ex-Projeto de Lei n° 05/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Umuarama, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PEROBAL. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/89, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA-MEPROVI, com sede em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 68/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, dispõe que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, conforme especifica.

PROJETO DE LEI N° 74/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São mantidas as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada integradas pelos atuais ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico nos respectivos níveis dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos mesmos Tribunais, observando-se o atual número de cargos, conforme o disposto no art. 56 e seus parágrafos, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 2° - As carreiras de que trata o art. 1° serão dispostas em três (03) classes, correspondendo cada uma delas aos níveis salariais como se segue:

ASSESSOR JURÍDICO

CLASSE I - venc. mensal....NCz\$ 7.031,66

CLASSE II - venc. mensal....NCz\$ 6.328,53

CLASSE III - venc. mensal....NCz\$ 6.595,63

Art. 3° - Aos atuais ocupantes dos cargos mencionados no artigo anterior, fica assegurado o vencimento básico acrescido da verba de representação fixados nesta lei, que absorvem, incorporam e extinguem todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, exceto adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário-família, auxílio-doença e as previstas nos arts. 140, inciso III, 159 e 172, incisos I, IV, VI, VII e IX, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o "caput" deste artigo, serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7(sete) quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos de serviço.

Art. 4° - Fica fixada em 40 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, vedada a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário, bem como a prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 5° - Aos ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico de que trata esta lei, fica assegurada a percepção de verba de representação de 170% (cento e setenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo.

Parágrafo Único - A vantagem de que trata este artigo integra os vencimentos do cargo para todos os efeitos legais.

Art. 6° - Os valores fixados para os vencimentos e vantagens das carreiras de que trata esta lei serão atualizados de acordo com os índices estabelecidos aos

integrantes das carreiras referidas no art. 135 da Constituição Federal, inclusive os atribuídos durante a tramitação desta lei, mantendo-se a partir da Classe I, a proporcionalidade percentual originariamente existente entre os vencimentos das demais classes.

Art. 7º - Aplicam-se as normas estabelecidas nesta lei, no que couber, aos proventos e pensões que têm por base de cálculo o vencimento dos cargos de que trata a presente lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 05 de outubro de 1989, revogado o disposto nos artigos 4º da Lei nº 7547, de 10 de dezembro de 1981 e 12, da Lei nº 7178, de 06 de julho de 1979, na parte que se refere aos integrantes da carreira de Assessor Jurídico e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões em 01.03.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 23.02.90.

Ofício nº 92/90-K

Senhor Presidente.

Para os fins constitucionais, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso plano de lei complementar tendo por objetivo dar cumprimento ao disposto no Art. 56, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna Estadual.

A mensagem em apreço, ora submetida à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, elaborada em cumprimento às normas constitucionais atinentes, foi aprovada pelo Órgão Especial deste Poder, por unanimidade, em sessão realizada no dia 23 de fevereiro próximo passado.

A matéria oferecida a exame, mais do que o cumprimento ao dispositivo constitucional, representa a compatibilização da categoria de Assessor Jurídico com suas afins dos Poderes Executivo e Legislativo.

Confiante de que esta proposição será objeto de especial atenção dos Excelentíssimos Srs. Deputados, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

- Em votação.

O SR. HERMAS BRANDÃO - (Lê Parecer ao Projeto de Lei 74/90).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 074/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, dispõe sobre as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico dos Egrégios Tribunais de Justiça e de Alçada.

Chamada esta Comissão Geral para opinar sobre a matéria, vê-se que esta obedece às normas constitucionais (art. 56 do Ato das Disposições Constitucionais da Magna Carta Estadual) e representa a compatibilização da categoria de Assessor Jurídico com seus afins dos Poderes Legislativo e Executivo.

Assim sendo, nestas condições, é nosso Parecer Favorável, opinando-se pela Aprovação do projeto de lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o Parecer.

Em discussão o Projeto.

Com a palavra para discutir, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, nós acabamos de votar em Terceira Discussão, o Projeto de Lei nº 10/90, da Procuradoria Geral do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça que da mesma forma que o Projeto 74 do Judiciário, não mereceu Parecer das Comissões Técnicas.

E formulei apelo à Mesa também na oportunidade que se discutia em Primeira Discussão, o Quadro da Procuradoria que se evitasse instalar na Casa, Comissão Geral, transformando a Assembléia em Comissão Geral.

Por quê? Porque nós estamos votando sem as mínimas informações necessárias. Agora há pouco, dois Deputados, Ferrari Júnior, de Maringá, e Haroldo, disseram que as bancadas do PTB, do PMDB e do PFL impediram que os funcionários tivessem política salarial melhorada.

Eu estou aqui há vinte anos e fui eleito pelo PFL, e os Deputados Ferrari Júnior e Haroldo, foram eleitos pelo PMDB, e por razões que entenderam as melhores, mudaram de Partido, mas foram eleitos pelo PMDB.

O meu comportamento aqui na Casa, vinte anos o mesmo. Sou homem de partido, e em nenhum momento votei contra interesses de funcionário público. Votei contra emendas sem qualquer fundamentação lógica e técnica desprovida de qualquer argumentação convincente e demagógicas, acima de tudo.

Mas, estávamos votando há pouco o Quadro da Procur. Geral de Justiça e com que

informação? Nenhuma.

Não sabemos quanto será o vencimento dos funcionários do Quadro da Procuradoria, porque os órgãos não disseram nada; as Comissões Técnicas não funcionam, e nós estamos a seis de março. Hoje, Primeira Discussão, Mensagem do Tribunal de Justiça que trata da Assessoria Jurídica daquele Poder, que vem para cá na forma de Comissão Geral, e esta Casa não sabe quanto ganha o assessor jurídico no Tribunal e nem quanto vai ganhar.

Nós precisamos ter consciência do que se gasta neste Estado, se se pode pagar, se o Tribunal de Justiça tem vencimentos idênticos aos Poderes Judiciário e Legislativo, à Procuradoria e agora também o Tribunal de Contas.

São estas coisas que precisamos dizer. A Assembléia tem que assumir a responsabilidade que tem. Não é apenas escrever na Constituição que o Ministério Público tem, agora, também autonomia financeira para encaminhar as suas propostas, a remuneração dos seus quadros.

Nós temos que ter consciência do que é o Estado: quanto arrecada, quanto paga e o que recebem os seus funcionários, porque aqueles que escapam do redutor salarial também constitucional nós conhecemos, mas os outros, não.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não poderia ouvir calado as referências contra o meu Partido e contra o meu voto e o meu comportamento aqui, por dois ilustres Parlamentares, calado. Estou aqui há vinte anos. Voto independente, voto livre, consciente.

Não devo o meu voto a ninguém. Não tenho compromisso com ninguém. Sou resultado de votação espontânea da gente humilde.

Lá no Noroeste do Paraná basicamente meu voto é responsável. Voto com a minha consciência, porque eu gosto de ler, de estudar, de conhecer projetos e que lamentavelmente não se vota desta forma aqui, com um simples parecer de afogadilho, há cinco minutos da votação de matéria tão relevante, como da Procuradoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça que se acaba de votar.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela ordem, Sr. Presidente.

Quando o Deputado Basílio Zanusso falando pela ordem citou o nosso nome, me reservo o direito de fazer uma observação.

Diz o Deputado Basílio Zanusso que não tem explicação a dar. Tem sim.

Votou contra uma situação melhor para os funcionários públicos dizendo que o Estado não tinha condição de pagar.

Não cabe ao Deputado Basílio Zanusso saber se o Estado tem condições de pagar

ou não. A obrigação do Estado é cumprir os seus deveres com os funcionários. O que o Governo tem que fazer é gastar menos, gastar certo para pagar bem o funcionalismo.

E o Senhor Basílio Zanusso, em vinte anos de Casa, devia ter aprendido alguma coisa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu lamento que o Deputado Ferrari Júnior, meu colega e vizinho, e Deputado com quem tive sempre o melhor relacionamento e a maior estima, se refira ao meu comportamento desta forma. Eu quando falo que é preciso que a Assembléia conheça a verdade do Paraná, Sr. Presidente, eu não falei que o Estado não pode pagar...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu acho que o Deputado devia conhecer o Regimento e pedir para se inscrever em Explicações Pessoais e fazer as suas explicações, e não interromper outra vez a sessão da Assembléia Legislativa.

Não cabe a Questão de Ordem, Excelência.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ... Sr. Presidente, concluindo, quero dizer aqui que o Deputado tem que votar de maneira responsável, conhecendo o que se vota.

É apenas isso o que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer e o Projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, permanecem como estão. APROVADO.

A Mesa vai retirar por duas sessões o projeto, já aprovado em primeira discussão, para que os Srs. Deputados tenham dele pleno conhecimento.

A Mesa anuncia a composição das Comissões, que será objeto de apreciação e ainda de confirmação das Lideranças.

(Lê composição das Comissões):

Esta composição das Comissões, elaborada pela Comissão Executiva, dependerá da aprovação da maioria dos Srs. Líderes.

Sobre a mesa, requerimento de n° 245, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 242 e 243, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 248 e 250, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 241, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 235, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 255, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 268, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 271 e 263, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 254, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 233, 236, 237 e 238, de autoria da Sra. Deputada Arialba Freire, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 239 e 240, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 256, 257, 258, 259, 260, 261 e 262, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 264, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 270, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Atenda-se por via administrativa, através do Setor de Expedição do Departamento Administrativo.

Requerimento de n° 269, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 267, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 249, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 247, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apesar de aprovado o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria de manifestar, como fez o Deputado Basílio Zanusso, mas faço em nome da bancada do PFL, como seu líder, justamente justificando as acusações que o nosso Partido recebeu nesta Casa por dois ilustres Parlamentares, quando quiseram fazer com que os funcionários públicos que aqui estão e que estiveram em outra oportunidade, entendessem que a preocupação do PFL não é apenas a de defender o Governo do Estado do Paraná, em prejuízo do funcionalismo público.

Nós temos a certeza da posição tomada e da grande responsabilidade no momento em defesa do funcionalismo público do Estado do Paraná. Votou este Parlamentar e os demais Parlamentares do PFL, e todos que votaram a favor, naturalmente entendendo que as reivindicações do funcionalismo público do Estado do Paraná estavam naquele ato sendo atendidas pelo Governador do Estado, através da reposição salarial proposta pelo funcionalismo.

Entendemos também que futuramente, e afirmamos com alguns líderes dos funcionários públicos, que nos cobravam a posição, atendendo requerimentos demagógicos de Parlamentares que querem nos momentos oportunos se promoverem na opinião pública em prejuízo do próprio funcionalismo do Estado do Paraná.

Nós entendemos que o funcionalismo público naquele ato, recebendo a aprovação da política salarial implantada pelo Governo do Estado, receberia no ato um aumento que atendia, naquele momento, as perdas até então, mas entendíamos e dissemos a esses funcionários, àqueles que nos procuravam, que num futuro bem próximo, estaríamos apoiando uma reivindicação de retomada de posição e de correção nas distorções que poderiam estar tendo naquela política salarial.

Portanto, que hoje votemos a favor, a Bancada do PFL vota e votou a favor do requerimento do Deputado Pedro Tonelli, porque entendemos que realmente se deva agora para corrigir as distorções, as perdas em função da inflação terrível que assola toda a Nação brasileira e o Estado do Paraná.

Portanto, que não foi uma atitude irresponsável, foi sim, uma atitude responsável. Irresponsável, daqueles que apresentaram requerimentos eleitoreiros, demagógicos, querendo se promover e como disse o Deputado Basílio, não representamos nesta Casa apenas um interesse, representamos todos os interesses de toda a população do Paraná e é esta que nós defendemos.

Para isso, estamos aqui, em que pesem as críticas, em que pesem os desentendimentos, mas votamos pela ação maior, aque-

la de defender o Estado do Paraná no seu todo.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria de agradecer a todos os Parlamentares presentes, pela aprovação do requerimento de minha autoria que vai permitir que esta Assembléia e o povo paranaense tome conhecimento dos gastos com publicidade, realizados pelo Banco do Estado do Paraná e suas subsidiárias, todo o conglomerado, compreendendo o período de 15 de março de 87 a 31 de janeiro de 90.

Dessas informações virão os valores, os nomes dos veículos publicitários que receberam a verba de propaganda e as agências que intermediaram e os respectivos valores.

O requerimento termina pedindo que se oficie à direção do Conglomerado BANESTADO para que preste as informações sobre o requerimento, dentro do prazo constitucional.

Eu gostaria de me louvar com os demais Parlamentares todos, já que o requerimento foi aprovado por unanimidade, demonstrando assim perante os visitantes de hoje, que a Assembléia toma neste dia uma decisão histórica, porque sabem todos que os gastos de publicidade do Governo Álvaro Dias é um segredo mantido tanto quanto a decoração do inferno, que não sabemos se é feio ou bonito. No céu, sabemos que tudo é bonito, mas não sabemos a decoração.

A Assembléia, neste momento em que decide que o Banco do Estado terá que abrir as portas e mostrar os gastos com publicidade de todo o período governamental de Álvaro Dias, estará perante a sociedade paranaense se redimindo de algumas vezes em que os pedidos de informação foram bloqueados, a transparência se fez apenas no discurso.

É uma data histórica. É o momento da prestação de contas do Governo que se prepara para sair e novamente se candidatar.

Os meus agradecimentos a todas as bancadas representadas e à Mesa, e solicito ao Sr. Presidente que, ao encaminhar o ofício perante as informações já nesse próprio ofício lembre o dispositivo constitucional que estabelece o prazo para fornecer as informações bem como, que é de trinta dias, bem como, a sanção para o não

cumprimento da decisão desta Casa, hoje aqui tomada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Parlamentares.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, à hora regimental, uma Sessão Solene, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 12, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 11/89 e 68/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 272/89 e 83/90,

e, depois da realização de uma breve explanação das lideranças sindicais do funcionalismo público sobre as suas reivindicações quanto ao regime jurídico único, convocou, para logo após esta, a primeira Sessão Extraordinária, destinada à Discussão Única da Proposição n.º 01/90.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 48/90
exonerar, a pedido, JOÃO NELSON SOBERAY, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Administração de Pagamento, da Diretoria Financeira, a partir de 15 de fevereiro de 1990.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.02.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1.º Secretário

WERNER WANDERER

2.º Secretário